

## CONTRIBUTO DO TER PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Lúcia de Jesus<sup>1</sup>

Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior Agrária

E-mail: [mljesus@esav.ipv.pt](mailto:mljesus@esav.ipv.pt)

### RESUMO

Tendo consciência da importância do turismo para as regiões rurais, as entidades oficiais nacionais têm vindo a dar atenção a novas formas de turismo. De entre essas formas de turismo destaca-se o Turismo no Espaço Rural (TER). Foi criado em meados dos anos 80, podendo observar-se na respectiva legislação que existia já uma preocupação pela preservação e valorização do património cultural de uma região. Em 1997 surge nova legislação, e no que concerne aos objectivos do TER, passa a afirmar-se que a actividade deve permitir a revitalização e o desenvolvimento do tecido económico local, contribuindo desta forma para o aumento de rendimento das populações locais. Com a legislação de 2002, volta a falar-se da necessidade de preservação do património local.

Nestes cerca de 20 anos o TER cresceu quer no que diz respeito a modalidades quer no que diz respeito a números, e muito embora se continue a falar dos seus benefícios, subsistem as dúvidas acerca do seu real impacto. Baseada numa pesquisa essencialmente teórica, o objectivo desta comunicação é o de fornecer algumas pistas de reflexão em torno do papel do TER enquanto instrumento de Desenvolvimento Rural.

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão do Desenvolvimento Rural.

## 1. INTRODUÇÃO

O sector do turismo é considerado cada vez mais, como um sector de enorme importância para a economia e sociedade portuguesa. Efectivamente, apesar da emergência de novos destinos turísticos, em 2004 o país posicionou-se em 19º lugar no “ranking” dos principais destinos turísticos, com cerca de 11,6 milhões de turistas, e obviamente um número bastante maior de visitantes e na 21ª posição no “ranking” das receitas, com 6,3 mil milhões de euros (Instituto das Empresas para os Mercados Externos - ICEP, 2006). A importância para a economia portuguesa, é aliás notória já que representa entre 7 a 8 % do Produto Interno Bruto (PIB) e absorve perto de 10% do emprego (idem).

Para além da sua importância para determinadas áreas receptoras (como Lisboa, Algarve e Madeira) o potencial do turismo começa cada vez mais a ser “objecto de apreciações” em áreas interiores e periféricas, algumas bastante afastadas dos grandes centros de decisão e dos eixos de desenvolvimento do litoral. Correspondem a regiões onde a actividade económica é caracterizada pelo domínio significativo de um sector agrícola escassamente modernizado, e pouco competitivo, e por uma estrutura empresarial frequentemente de carácter familiar, também com padrões de inovação e organização pouco competitivos, e por isso sem grande expressão a nível nacional (MERGULHÃO, L. & RIBEIRO, M., 2000). Com efeito a partir de meados dos anos oitenta e num crescendo notável a partir da década de noventa, a relação entre o turismo e o desenvolvimento das regiões do interior *“impôs-se como irrecusável, ganhando rapidamente adesões dos mais variados quadrantes, muito especialmente por parte das instâncias governamentais, desde as cúpulas da Administração Comunitária até aos níveis de governação local”* (ibidem), sendo aliás muitos aqueles que consideram o turismo o motor de desenvolvimento, como o comprovam as afirmações de muitos daqueles que se interessam pelo tema.

Embora certas visões estejam carregadas de um “optimismo exagerado”, não deixa de ser certo que a actividade turística em áreas/regiões interiores, poderá contribuir para o seu desenvolvimento. Sobretudo quando nessas regiões existirem um conjunto de recursos que as tornam atractivas: qualidade da paisagem, baixo índice de poluição, presença de traços históricos, arquitectónicos e sócio-culturais, simpatia da população residente, entre outros.

Cavaco, C. (CAVACO, C. 1999a: 144) refere a propósito da “esperança” que tem sido depositada no turismo, que da actividade *“esperam-se contributos importantes na revitalização económica e social das áreas rurais, na valorização do património e dos produtos locais de qualidade, fonte de receitas, na manutenção de serviços básicos e de condições suficientes de acessibilidade (...)”*. RIBEIRO, M. & MARQUES, C. (2002: 212), afirmam inclusivamente *“que o turismo tem sido gradualmente convertido, pela maioria dos políticos, técnicos e académicos como a mais eficaz, logo «receita» prioritária para inverter as tendências negativas que as áreas rurais menos favorecidas têm registado”*. FIGUEIREDO, E. & VALENTE, S. (2003: 98) referem por seu turno, que *“o turismo surge como uma das novas funções do espaço rural e constitui uma das prioridades estratégicas do desenvolvimento rural pelo papel que poderá ter no potencial cultural e ambiental das áreas rurais e na promoção do desenvolvimento socioeconómico”* das mesmas, já que poderá contribuir para a *“diversificação e rentabilização da base económica dessas áreas, quer pela criação de emprego quer pela melhoria dos serviços básicos e das condições de acessibilidade, quer mesmo pelo aumento da equidade entre a população urbana e a população rural”*. Na mesma linha de ideias também COSTA, C. (2003: 189) refere que o potencial do turismo para áreas periféricas, afastadas dos eixos económicos localizados ao longo do litoral é enorme, possuindo capacidade para atrair formas de *“desenvolvimento socio-económico para locais caracterizados por baixos índices de desenvolvimento”*.

Tendo em consideração o potencial do turismo para áreas rurais (e como tal também as do interior), crescente atenção tem sido dada por parte das entidades oficiais a novas formas de turismo, até porque são cada vez mais notórios alguns problemas que afectam o sector (sazonalidade da actividade, grande concentração ao longo da orla costeira, problemas ambientais, entre outros). De entre essas novas formas destaca-se o Turismo no Espaço Rural<sup>2</sup> (criado em meados dos anos 80). Recentemente (final dos anos 90) foi criado um outro importante produto turístico em meio rural - Turismo de Natureza<sup>3</sup> (cujo tema se irá abordar numa próxima ocasião).

---

<sup>2</sup> Entendido actualmente como o conjunto de actividades e serviços de alojamento e animação a turistas em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.

<sup>3</sup> Entendido como o produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas. Integra os empreendimentos de TER.

## **2. TER E DESENVOLVIMENTO RURAL**

### **2.1 EVOLUÇÃO DO TER E EXPECTATIVAS CRIADAS**

As primeiras leis que surgem em torno do turismo rural remontam a 1978, dizendo respeito ao turismo de habitação – *modalidade especial da actividade turística que consistia na exploração de quartos existentes em casas isoladas ou inseridas em núcleos habitacionais...*” (Decreto-Lei nº 15/78). Em 1983 a oferta de turismo de habitação foi estimulada pelo reconhecimento da sua utilidade pública (Decreto-Lei nº 423/83). No ano seguinte, o Decreto-Lei nº 251/84 alargou o âmbito de actividade para além da exploração de alojamento turístico de interesse para o turismo nos domínios da animação, do artesanato, da cultura, do desporto e recreio dos turistas.

Em meados dos anos oitenta, um novo decreto (Decreto-Lei nº 256/86), definiu uma oferta de turismo no espaço rural mais ampliada. Para além do turismo de habitação (com aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico), o TER passou também a integrar o turismo rural (em casas rústicas com características próprias do meio rural onde se inserem) e o agro-turismo (em casas de habitação ou seus complementos integrados numa exploração agrícola, caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas nos trabalhos da própria exploração agrícola ou em formas de animação complementares). O mesmo Decreto-Lei (nº 256/86) refere que o turismo deveria contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa, mediante o fomento do turismo rural e turismo de habitação nas zonas rurais, modalidades estas que deveriam visar a protecção e valorização do património cultural, de que a arquitectura regional era expressão de grande interesse. Do exposto, depreende-se que já aqui se notava uma preocupação pela preservação/conservação do que era “genuíno” da região.

Em 1997 o anterior Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei nº 169/97. Para além das três modalidades que integravam o TER, surgiu a modalidade de casas de campo (casas particulares e casas de abrigo cuja traça, materiais de construção e demais características se integram na arquitectura e ambiente rústicos próprios da zona e local onde se inserem) e a modalidade de turismo de aldeia (composto no mínimo por cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada). No que concerne a objectivos do TER, esta nova legislação “foi mais longe”, afirmando-se que as actividades a desenvolver no âmbito do turismo no espaço rural, deveriam contribuir para a preservação ou recuperação do património natural, paisagístico, cultural,

histórico e arquitectónico das regiões onde se inseriam. Refere-se ainda neste mesmo decreto (nº 169/97) que o TER deveria contribuir para revitalizar e desenvolver o tecido económico local, contribuindo para o aumento de rendimento das populações locais, criando condições para o aumento da oferta de emprego e fixação das referidas populações. Não deixa pois de ser notório pela observação da anterior legislação (de 1986), mas mais na referente a este ano (1997), que existia uma preocupação pelo desenvolvimento e futuro das áreas rurais, do seu património e das suas populações.

Em 2002 surgiu nova legislação (Decreto-Lei nº 54/2002) em torno do TER. Passaram a integrar as modalidades de hospedagem do TER os hotéis rurais (estabelecimentos hoteleiros que pela sua traça arquitectónica, materiais de construção, equipamento e imobiliário devem respeitar as características dominantes das regiões onde se inserem) e os parques de campismo rurais (terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m<sup>2</sup>). Nesta legislação volta a dar-se ênfase às questões relacionadas com a recuperação, preservação e valorização do património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das regiões. Muito embora neste ano (2002) não se tenha acrescentado algo mais a respeito dos objectivos do TER, pode ler-se num decreto bastante recente (Decreto-Regulamentar nº 5/2007)<sup>4</sup>, que deve ser dada uma atenção particular aos empreendimentos de turismo no espaço rural, dada a sua especial ligação à natureza e a contribuição decisiva para o desenvolvimento e modernização da região em que se localizam. Parece também aqui existir uma preocupação pelas questões relacionadas com a revitalização e futuro das áreas rurais.

Para além objectivos do TER (mais ou menos explícitos) nos decretos referidos, é com frequência que se ouve ou lê acerca do contributo do TER para o Desenvolvimento Rural. Veja-se a este propósito o referido pelo Ministério da Agricultura (especificamente o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica). Segundo este Instituto o TER tem desencadeado efeitos positivos na economia rural, quer financeiramente, quer pelo seu contributo para a:

- revitalização das colectividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas;
- dinamização de iniciativas culturais;

---

<sup>4</sup> Respeitante a uma alteração introduzida no que diz respeito à instalação e funcionamento dos hotéis rurais.

- incremento do papel das mulheres e idosos;
- manutenção e desenvolvimento de novos serviços (de informação, de transporte, de comunicações, de animação, etc.);
- manutenção, criação e diversificação de empregos, sobretudo dos agricultores a título parcial;
- diversificação das actividades ligadas à exploração agrícola e sustentação do rendimento dos agricultores (principalmente no caso do agro-turismo);
- conservação e melhoria da natureza e ambiente paisagístico (importante também para a população local).

Veja-se ainda o referido por Pinto, A. (2004) baseado em VERA, J. (1997), que apresenta uma tipologia bastante interessante relativamente aos benefícios do TER. O autor divide-os em **económicos** (relacionados com a criação de emprego, manutenção e melhoria dos serviços e actividades locais e diversificação das actividades), **ambientais** (relacionados com a manutenção, conservação e melhoria das zonas naturais) e **antrópicos** (relacionados com os intercâmbios culturais, manutenção dos costumes e tradições locais, aumento do interesse da comunidade pelas actividades culturais e lazer e apoio às pequenas empresas locais).

Porém muitos outros estudos falam acerca do contributo (real ou esperado) do TER para os meios rurais - Lopes, R. (2005), Carvalho, F. & Monteiro, L. (2006), Borges, M. & Lima, S. (2006), entre outros. Pelo exposto, falar de TER deveria ser em princípio, falar também em população local, nos seus interesses e na sua participação nas mais diversas actividades empreendidas na área rural. Falar em TER deveria ser também, falar na criação de sinergias e reunião de esforços (por todos os “stakeholders” interessados pela área), na potenciação e promoção dos recursos locais de forma sustentável, no marketing integrado... enfim, falar em **Desenvolvimento Rural**.

## 2.2 TER E DESENVOLVIMENTO – REALIDADE OU CRENÇA

Muito embora se continue a especular acerca do contributo do TER para o desenvolvimento rural, as dúvidas sobre o seu real impacto subsistem. Alguns autores têm-se debruçado sobre esta temática, chegando a resultados não muito animadores.

CAVACO, C. (1999b: 145) refere a este propósito que em Portugal o “*turismo em espaço rural tem pouco significado (...) em termos dos seus efeitos económicos, sociais e outros; tendo no geral, também pouco significado ao nível das comunidades locais*”,

embora como acrescenta a autora *“seja importante para uma ou outra família, atenuando o êxodo, o envelhecimento e a degradação ao nível dos lugares e aldeias que foram privilegiadas”*. JOAQUIM, G. (1999: 310), a respeito de um estudo em torno do TER, chega também à conclusão que a motivação principal para a instalação de empreendimentos se relaciona com *“a estratégia de recuperação e conservação do património pessoal ou familiar”* dos promotores. Aliás a mesma autora chega mesmo a afirmar, muito embora o faça ainda no quadro da anterior legislação (DECRETO-LEI nº 169/97) e relativamente a três modalidades de TER, que o *“turismo em espaço rural nas modalidades de habitação, turismo rural e agroturismo constituindo embora um importante factor de diversificação da oferta turística, decisivamente não tem cumprido o seu papel, nomeadamente ao nível da necessidade de encontrar novas vocações para o espaço rural”* (ibidem). CRISTÓVÃO A. (1999) fala também da *“elitização do turismo em espaço rural, a sua frequente falta de complementaridade com as actividades agrícolas, o fraco enraizamento local e os escassos impactes”*.

Num outro estudo bastante recente, de SILVA, L.<sup>5</sup> (2006) é possível observar-se que dos indivíduos (51%) que desempenhavam outras funções para além das relacionadas com a unidade TER, mais de metade deles (52%), exerciam profissões intelectuais ou científicas, o que até certo ponto sublinha a questão da falta de complementaridade com as actividades agrícolas<sup>6</sup>. Quanto à entrada dos proprietários para a actividade, segundo o autor, foi impulsionada num grande número de casos pela recuperação e rentabilização de imóveis, o que vai de encontro ao referido por JOAQUIM, G. (1999). Se assim é, senão se tem em conta a própria comunidade local e se o principal objectivo para instalação do empreendimento de TER, se relaciona como referido com a recuperação de imóveis, poder-se-á afirmar que o contributo do TER para o desenvolvimento rural, e como tal, para o bem estar da população local como um todo, fica muito aquém do desejado.

Passados cerca de oito anos do estudo apresentado por JOAQUIM, G. e cerca de seis anos após o trabalho de campo de SILVA, L., se o panorama apresentado se mantiver, é caso para dizer que existe um grande fosso entre o discurso oficial e aquilo que são intenções e a realidade. É também caso para questionar o que está mal e o que pode ser feito para que a população referida possa usufruir dos benefícios do TER.

---

<sup>5</sup> O autor levou a cabo um estudo a dezenas de unidades TER do país, tendo o trabalho de campo sido desenvolvido nos anos de 2000 e 2001.

<sup>6</sup> Embora a profissão de agricultores e criadores de gado apareça em 2º lugar, mas apenas com cerca de 21%.

### 2.3. CONDIÇÕES SINE QUAN NON

Não pretendendo aqui apontar soluções mas sim vias possíveis, passar-se-á à apresentação de algumas pistas (resultantes de uma reflexão), daquilo que urge considerar para que o TER possa de facto vir a contribuir para o desenvolvimento rural.

Se é certo que a procura turística por áreas rurais está associada a novas motivações: busca pelo autêntico, pelo genuíno, pelo ancestral, pelas origens, pela tranquilidade, pela natureza, pela paz, pelas aldeias, pelas gentes e suas culturas e tradições (“*ou o que delas ainda resta*”), pelas explorações agrícolas e os correspondentes assentos de lavoura (CAVACO, C., 1995: 361), e também pelas actividades desportivas que estes espaços podem proporcionar (questões muito relacionadas com a oferta turística da área como um todo), então é de convir que a oferta que o TER pode proporcionar, pode ser enriquecida se forem criadas parcerias e ligações com a comunidade e o meio onde está inserido o empreendimento. Daí ser importante numa perspectiva de desenvolvimento rural, considerar também todas as outras actividades associadas ao produto turístico global “*que contribuem para a valorização do património natural e cultural, bem como da base económica local*” (KASTENHOLZ, E., 2003: 204).

Ao mesmo tempo, o TER só contribuirá para o desenvolvimento rural e como tal para o aumento de rendimento económico e melhoria das condições de vida da população local, se os promotores dos respectivos empreendimentos adoptarem certos processos de gestão, o mesmo é dizer determinadas estratégias empresariais. Efectivamente estas arriscam-se a deixar de repercutir os efeitos desejados e não contribuir para o desenvolvimento da área (rural), se não existir por um lado um esforço de dar resposta às necessidades, expectativas e desejos dos turistas, e por outro lado, uma visão do conjunto da área rural (para turistas destino turístico<sup>7</sup>) e uma preocupação pelo desenvolvimento sustentável da mesma. Isto pressupõe um planeamento e gestão cuidadosa das acções a desenvolver na área (destino turístico) e exigirá obviamente a conjugação de esforços por parte dos promotores dos empreendimentos, mas também de todas as entidades que directa ou indirectamente estão relacionados com a oferta turística. COSTA, C. (1996) realça aliás a importância da constituição de “*redes*” que permitem a exploração das “*vantagens do lugar*”, aproveitando melhor as sinergias

---

<sup>7</sup> A este respeito, LUNDBERG., D.E. (1990 em KASTENHOLZ, E., 2005: 23) define como destino “*qualquer unidade geográfica que possa ser entendida como tendo uma imagem comum*”.

potenciais da oferta do destino. Sublinhamos aqui a criação de ligações entre os empreendimentos de TER, outras empresas privadas (como as agrícolas, de animação e diversão turística, de artesanato, de restauração e bebidas, entre outras), associações de desenvolvimento local (como as associações LEADER) e sector público (como autarquias e regiões ou órgãos locais de turismo).

Não se pode também ignorar o papel que a população local poderá vir a exercer. CARVALHO, F. & MONTEIRO, M.L. (2006:55) falam a este respeito das relações sócio-económicas das pessoas que vivem nos territórios, sendo necessário criar “*condições para a sua ascensão económica, social e cultural aliadas ao desenvolvimento de um conjunto de multi-actividades, geridas por parcerias público-privadas, de modo a que, funcionando em rede, potenciem e promovam os recursos endógenos do território, tornando-o atractivo pela riqueza que poderão proporcionar*”. Ou seja, os processos de desenvolvimento fazem-se com as pessoas e são para as pessoas...”

### **3. DISTRIBUIÇÃO DO TER**

#### **3.1 PESO DO TER NO NORTE E CENTRO**

Lançado nos finais dos anos 70 (com o Turismo de Habitação) em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Vila Viçosa e Castelo de Vide, O TER tem hoje uma representatividade no país extraordinária. Efectivamente com cerca de uma centena e meia de empreendimentos em meados da década seguinte (1986), passamos para mais de 1000 em 2005.

É interessante observar que são as regiões<sup>8</sup> correspondentes às Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS) Norte e Centro aquelas onde o peso do TER é mais significativo, com aproximadamente  $\frac{1}{2}$  e  $\frac{1}{4}$  do total de empreendimentos. Na posição inversa, ou seja as regiões onde o TER é menos significativa dizem respeito às NUTS Lisboa e Algarve, com apenas cerca de 3% do total de empreendimentos em cada região. Curiosamente são as duas regiões onde a capacidade de alojamento mais se faz sentir.

---

<sup>8</sup> Utilizou-se a divisão estatística de Portugal baseada nas Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS) do Instituto Nacional de Estatística. Divide o país em 7 NUTS II.

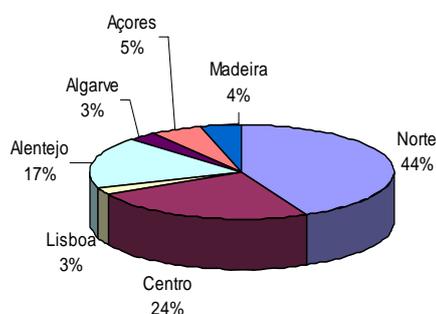
**Tabela 1** – Distribuição das modalidades TER por NUTS (2005)

|                    | Turismo de Habitação |             |             | Turismo Rural       |             |             | Agroturismo         |            |             | Casas de Campo      |            |             | Turismo de Aldeia   |            |            | Total               |             |              |
|--------------------|----------------------|-------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|------------|-------------|---------------------|------------|-------------|---------------------|------------|------------|---------------------|-------------|--------------|
|                    | Nº Estabelecimentos  | Nº Quartos  | Nº Camas    | Nº Estabelecimentos | Nº Quartos  | Nº Camas    | Nº Estabelecimentos | Nº Quartos | Nº Camas    | Nº Estabelecimentos | Nº Quartos | Nº Camas    | Nº Estabelecimentos | Nº Quartos | Nº Camas   | Nº Estabelecimentos | Nº Quartos  | Nº Camas     |
| Norte              | 119                  | 669         | 1337        | 210                 | 1088        | 2049        | 53                  | 322        | 638         | 76                  | 280        | 555         | 3                   | 34         | 68         | 461                 | 2393        | 4647         |
| Centro             | 63                   | 384         | 763         | 99                  | 492         | 970         | 33                  | 224        | 443         | 47                  | 138        | 270         | 2                   | 62         | 124        | 244                 | 1300        | 2570         |
| Lisboa             | 13                   | 75          | 148         | 14                  | 65          | 129         | 1                   | 10         | 20          |                     |            |             |                     |            |            | 28                  | 150         | 297          |
| Alentejo           | 27                   | 161         | 320         | 53                  | 278         | 553         | 52                  | 322        | 640         | 32                  | 160        | 318         | 2                   | 25         | 49         | 166                 | 946         | 1880         |
| Algarve            | 4                    | 23          | 45          | 18                  | 89          | 178         | 3                   | 26         | 51          | 6                   | 31         | 59          |                     |            |            | 31                  | 169         | 333          |
| R.A. Madeira       | 11                   | 54          | 108         | 8                   | 33          | 66          | 2                   | 3          | 6           | 28                  | 148        | 302         |                     |            |            | 49                  | 238         | 482          |
| R.A. Açores        | 11                   | 60          | 117         | 14                  | 78          | 154         | 3                   | 24         | 48          | 45                  | 121        | 240         | 1                   | 18         | 24         | 74                  | 301         | 583          |
| <b>Total Geral</b> | <b>248</b>           | <b>1426</b> | <b>2838</b> | <b>416</b>          | <b>2123</b> | <b>4099</b> | <b>147</b>          | <b>931</b> | <b>1846</b> | <b>234</b>          | <b>878</b> | <b>1744</b> | <b>8</b>            | <b>139</b> | <b>265</b> | <b>1053</b>         | <b>5497</b> | <b>10792</b> |

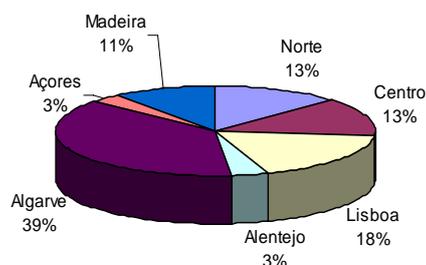
Fonte: Direcção Geral de Turismo - DGT, 2007

Veja-se a este respeito as figuras 1 e 2 respeitantes à capacidade de alojamento no TER e nos Estabelecimentos Hoteleiros, onde claramente se observa o referido.

**Gráfico 1** – Cap. Alojamento TER (2005)



**Gráfico 2** – Cap. alojamento Est. Hoteleiros (2005)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE, 2007

Embora não apresentando aqui elementos relativos à distribuição do TER por NUT II, sabe-se que a distribuição do TER no seio das mesmas, apresenta igualmente determinados contornos. É o caso da NUT Centro, composta por doze (12) sub-regiões estatísticas, tendo a NUT III Dão-Lafões uma boa percentagem de unidades de TER.

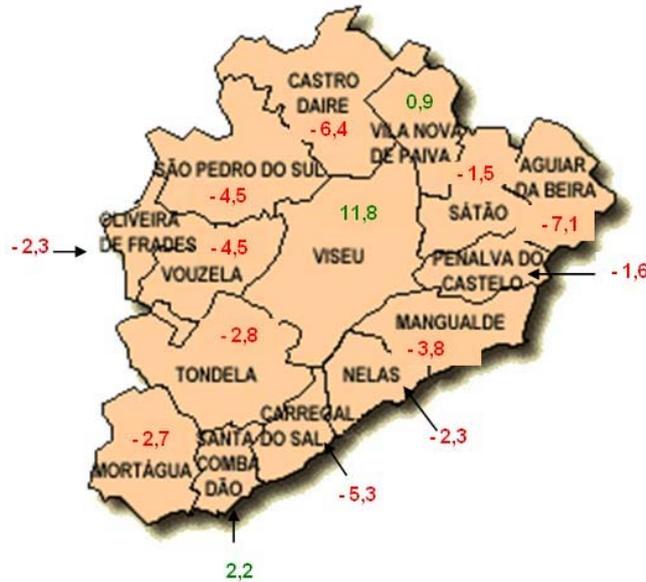
### 3.2 TER NA REGIÃO NA REGIÃO DÃO-LAFÕES

#### 3.2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DA REGIÃO

A Região Dão-Lafões (RDL) é uma sub-região estatística portuguesa, parte da Região Centro e maioritariamente do Distrito de Viseu, se bem que também inclua um concelho do Distrito da Guarda (Aguiar da Beira). Limita a norte com o Tâmega e o Douro, a leste com a Beira Interior Norte e com a Serra da Estrela, a sul com o Pinhal

Interior Norte e com o Baixo Mondego e a oeste com o Baixo Vouga e o Entre Douro e Vouga. A área, de 3483 km<sup>2</sup> integra 15 concelhos (como mostra o gráfico seguinte).

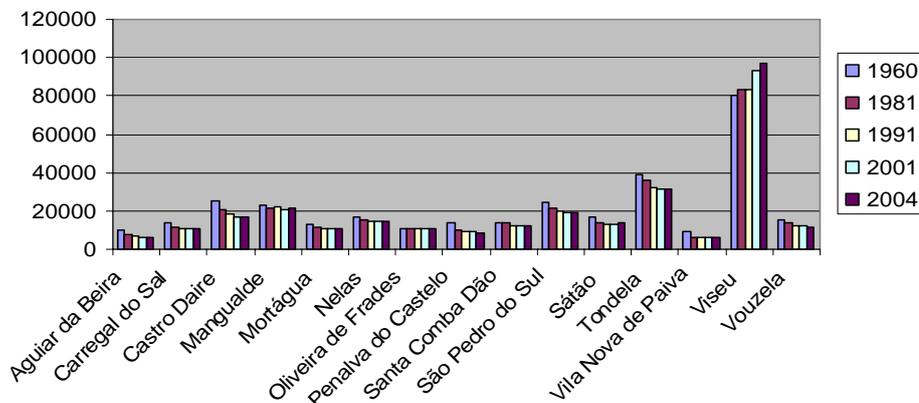
**Figura 1** – Variação da população na RDL (1991-2001)



Fonte: INE, 2002

Muito embora nestes últimos anos (entre 1981 e 1991) a população tenha crescido na região, apenas em três concelhos essa variação foi positiva. Destaca-se a este respeito o concelho de Viseu, capital do distrito de Viseu (ver também gráfico seguinte onde se verifica o maior crescimento no concelho de Viseu).

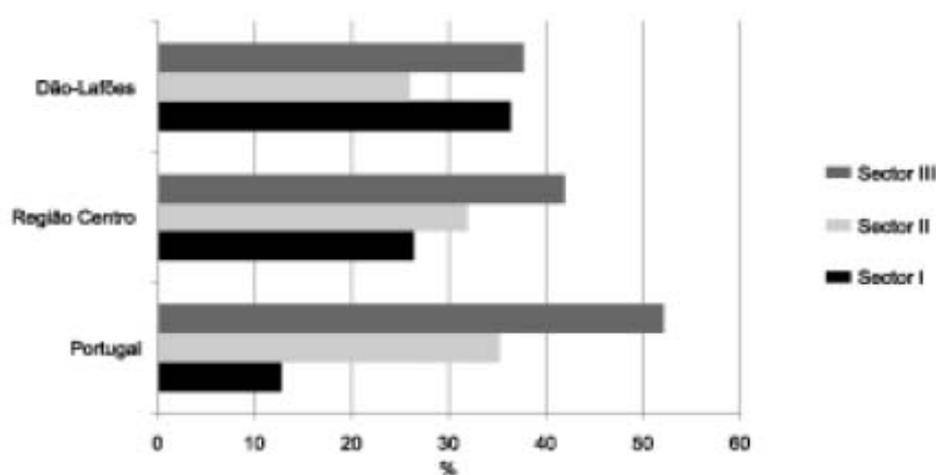
**Gráfico 3** – Variação da população na RDL (1960-2004)



Fonte: INE, 2002 & WIKIPÉDIA, 2006

A nível da estrutura de emprego na região, esta apresenta algumas particularidades quando comparada com a região centro ou o país, já que aqui o sector primário (nomeadamente as actividades agrícolas e silvícolas) assumem uma posição destacável (ver gráfico seguinte).

**Gráfico 4** – Estrutura de emprego por sector de actividade na RDL (1999)



**Fonte:** INE, Direcção Regional Centro – DRC (2001)

A população empregada na região reparte-se pelos dois sexos, o que pode também ser motivado pelo facto da agricultura assumir um peso muito significativo, não havendo pois grande diferenciação no acesso à actividade, sobretudo quando se trata de trabalhadores por conta própria. Em relação à estrutura etária dos trabalhadores constata-se, uma maior proporção dos trabalhadores com mais de 44 anos (contrariamente ao que se passa na região centro e em Portugal). A maioria da população trabalha por conta de outrém. Esta situação é no entanto menos evidente na RDL, quando se observam os valores relativos à região centro ou a Portugal. Este aspecto pode ser mais uma vez devido ao facto da actividade agrícola e silvícola, em zonas de minifúndio, ser exercida por conta própria (ver tabela seguinte).

**Tabela 2** – Indicadores relativos ao emprego na RDL (1999)

|   | Unidade | Dão-Lafões | Região Centro | Portugal |
|---|---------|------------|---------------|----------|
| Taxa de Actividade                      | %       | 56,6       | 56,8          | 50,5     |
| Taxa de Desemprego                      |         | 2,1        | 2,1           | 4,4      |
| População Empregada Masculina           | %       | 51,8       | 52,3          | 54,9     |
| População Empregada Feminina            |         | 48,2       | 47,7          | 45,1     |
| População Empregada 15-24 anos          | %       | 12,0       | 11,8          | 14,2     |
| População Empregada 25-44 anos          |         | 41,6       | 44,5          | 49,9     |
| População Empregada 45 e mais anos      |         | 46,4       | 43,8          | 35,9     |
| População Empregada por Conta Própria   | %       | 44,2       | 37,1          | 24,5     |
| População Empregada por Conta de Outrém |         | 52,2       | 60,0          | 72,5     |
| População Empregada - Outra Situação    |         | 3,6        | 2,9           | 3,0      |

**Fonte:** INE, Direcção Regional Centro – DRC (2001)

### 3.2.2 PATRIMÓNIO TURÍSTICO DA REGIÃO

A região é caracterizada por uma paisagem diversa, marcada pelas serras do Caramulo, Montemuro, Freita, Lapa e Leomil e pelas águas dos rios Dão, Vouga, Paiva e Mondego e por grandes manchas florestais, oferecendo condições para a prática de diversos desportos (canoagem, rappel, slide, rafting, entre outros), para além dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo. É igualmente rica em património construído, existindo vestígios e elementos que remontam ao passado. Citam-se a título de exemplo as várias igrejas e capelas, os solares e casas antigas, as vias romanas, as estações arqueológicas e os vários castros existentes. A este propósito é ainda de referir a Sé Catedral de Viseu, ex-líbris da cidade e também da região.

Os espaços museológicos existentes (em nº de três) estão vocacionados para as artes eruditas ou populares, para a história e importância da pintura, para a recolha e preservação de materiais arqueológicos ou etnográficos ou para a mostra de consideráveis colecções particulares.

Algumas das aldeias existentes na região recordam ainda os modos com que os povos se adaptavam ao meio. Estes utilizavam materiais, formas de construção e “saberes-fazer” características da região. Refere-se também a título de exemplo a aldeia de origem medieval Póvoa Dão (recentemente reconstruída) e a aldeias da Pena, com as suas casas típicas de xisto.

Um outro aspecto importante a salientar e que de algum modo se relaciona com a gastronomia (rica e variada) e vinhos diz respeito aos produtos regionais/tradicionais de origem agrícola ou agro-alimentar. Faz-se referência ao Cabrito da Gralheira (com

Indicação Geográfica Protegida - IGP), à Maça da Beira Alta (com IGP), à Maça Bravo de Esmolfe (com Denominação de Origem Protegida - DOP), ao Queijo Serra da Estrela (com DOP); à Vitela de Lafões (com IGP); ao Borrego Serra da Estrela (com DOP) e ao vinho do Dão (Denominação de Origem Controlada - DOC), vinho de Lafões (Indicação de Proveniência Regulamentada - IPR) e vinho regional “Beiras”.

As águas termais da região são ricas em propriedades terapêuticas, existindo cinco estâncias termais<sup>9</sup>, localizadas nos concelhos de Castro Daire (termas do Carvalho), S. Pedro do Sul (termas de S. Pedro do Sul), Viseu e Mangualde (termas de Alcafache), Tondela (balneário de Caldas de Sangemil) e Nelas (termas de Caldas de Felgueira). Para além de tratamentos terapêuticos, estas termas proporcionam actualmente momentos de repouso, associando saúde, bem-estar e lazer.

Os recursos turísticos da região não se esgotam nos referidos, tendo-se apenas indicado, aqueles que de forma geral, mais têm atraído turistas à região.

### 3.2.3 ALOJAMENTO DA REGIÃO

#### 3.2.31 Hotelaria Tradicional

No que diz respeito aos estabelecimentos hoteleiros a RDL dispõe de vinte (20) hotéis, vinte e duas pensões (22) e ainda de outros seis (6) estabelecimentos hoteleiros (ver tabela).

**Tabela 3 – Estabelecimentos Hoteleiros na RDL (2004)**

|                    | <b>Estabelecimentos Hoteleiros</b> |           |           |          |
|--------------------|------------------------------------|-----------|-----------|----------|
|                    | Total                              | Hotéis    | Pensões   | Outros   |
| <b>Dão Lafões</b>  | <b>48</b>                          | <b>20</b> | <b>22</b> | <b>6</b> |
| Aguiar da Beira    | 1                                  | -         | -         | -        |
| Carregal do Sal    | 1                                  | -         | 1         | -        |
| Castro Daire       | 1                                  | 1         | -         | -        |
| Mangualde          | 6                                  | 2         | 2         | 2        |
| Mortágua           | 1                                  |           | 1         | -        |
| Nelas              | 8                                  | 3         | 2         | 3        |
| Oliveira de Frades | 1                                  | -         | 1         | -        |
| Penalva Castelo    | -                                  | -         | -         | -        |
| Santa Comba Dão    | -                                  | -         | -         | -        |

<sup>9</sup> Para além destas existe ainda a estância termal de Caldas da Cavaca, localizada em Aguiar da Beira, que se encontra encerrada por motivos de recuperação e modernização.

|                  |    |   |   |   |
|------------------|----|---|---|---|
| São Pedro do Sul | 11 | 4 | 6 | 1 |
| Sátão            | 1  | - | 1 | - |
| Tondela          | 5  | 2 | 3 | - |
| Vila Nova Paiva  | -  | - | - | - |
| Viseu            | 12 | 8 | 4 | - |
| Vouzela          | -  | - | - | - |

Fonte: INE (2005)

É interessante observar que são os concelhos de Viseu e S. Pedro do Sul aqueles que dispõe de um maior nº de estabelecimentos hoteleiros.

### 3.2.3.2 Turismo no Espaço Rural

O nº de empreendimentos de TER assume na região algum destaque. Efectivamente na região contabilizam-se perto de sessenta (60) unidades TER (ver tabela).

**Tabela 4** – Empreendimentos TER na RDL (2004)

|                   | Empreendimentos de TER |           |           |           |          |    |          |          |
|-------------------|------------------------|-----------|-----------|-----------|----------|----|----------|----------|
|                   | Total                  | TR        | TH        | AT        | CC       | TA | HR       | PCR      |
| <b>Dão Lafões</b> | <b>56</b>              | <b>21</b> | <b>17</b> | <b>13</b> | <b>3</b> | -  | <b>2</b> | <b>0</b> |
| Aguiar da Beira   | 3                      | 3         | -         | -         | -        | -  | -        | -        |
| Carregal do Sal   | 3                      | 2         | -         | 1         | -        | -  | -        | -        |
| Castro Daire      | 1                      | -         | 1         | -         | -        | -  | -        | -        |
| Mangualde         | 4                      | 1         | 1         | 1         | 1        | -  | -        | -        |
| Mortágua          | 0                      | -         | -         | -         | -        | -  | -        | -        |
| Nelas             | 5                      | 2         | 1         | 1         | -        | -  | 1        | -        |
| Oliveira Frades   | 3                      | 2         | -         | 1         | -        | -  | -        | -        |
| Penalva Castelo   | 3                      | 2         | 2         | -         | -        | -  | -        | -        |
| S. Comba Dão      | 6                      |           | 3         | 1         | 2        | -  | -        | -        |
| São Pedro do Sul  | 15                     | 7         | 2         | 5         | -        | -  | 1        | -        |
| Sátão             | 2                      | -         | -         | 1         | -        | -  | -        | -        |
| Tondela           | 1                      |           | 1         | -         | -        | -  | -        | -        |
| Vila Nova Paiva   | 0                      | -         | -         | -         | -        | -  | -        | -        |
| Viseu             | 8                      | 2         | 4         | 2         | -        | -  | -        | -        |
| Vouzela           | 2                      | -         | 2         | -         | -        | -  | -        | -        |

Fonte: DGT, 2004

Ao considerarmos que a NUT Centro para além da RDL integra outras onze (11) sub-regiões estatísticas, então a percentagem de unidades de TER de Dão-Lafões para a

1ª Região (Centro) ronda os 23% (comparam-se os dados disponibilizados pela DGT relativamente ao nº de empreendimentos TER existentes na Região Centro em 2004 – duzentos e quarenta (240), e o nº de estabelecimentos, à excepção dos HR e PCR, que constam do Guia de Turismo no Espaço Rural, referentes aquele ano).

#### 3.2.4 ALGUNS ELEMENTOS DE REFLEXÃO

Pelo exposto, fica claro que a RDL possui um património ambiental (relacionado com a riqueza paisagística), arquitectónico e cultural (relacionada com os monumentos, espaços museológicos e saberes locais), gastronómico e vínico enorme. Para além disto a região é contemplada por espaços (termas), vocacionados para a saúde e bem estar, aspectos cada vez mais valorizados pelos turistas.

Não obstante dos estabelecimentos hoteleiros, a região dispõe de um nº de unidades TER considerável, já que uma boa parte das unidades TER da NUT Centro, encontra-se aqui localizada. De referir aliás que na região está já sedeada uma Associação de Turismo em Espaço Rural (Casas da Beira)<sup>10</sup>, que tem como objectivo apoiar e defender os interesses dos seus associados.

Dada a sua relevância em termos numéricos, seria de esperar que o TER contribuísse para o desenvolvimento da região, ou pelo menos de alguns dos seus concelhos. Para tal (e como referido), os proprietários destes empreendimentos devem adoptar posturas “mais abertas”, promovendo a criação de redes entre outras entidades locais e sectores da economia local e população.

De facto, o que não deve acontecer (e pena é que algumas vezes aconteça<sup>11</sup>), é que determinado promotor aja isoladamente e não em parceria com outras pessoas/entidades: as actividades de animação e diversão turística limitam-se muitas vezes às proporcionadas pelas instalações do empreendimento e há pouca ligação às tradições da terra; as visitas à região e locais de interesse, promovidas pelos detentores do empreendimento são reduzidas ou não ocorrem, ademais não há o pedido de colaboração para a realização destas com a gente da terra; os empreendimentos são abastecidos por produtos exteriores à região (por exemplo determinados produtos agro-alimentares utilizados nos pequenos-almoços ou outras refeições). Para além destes

---

<sup>10</sup> Esta Associação engloba as casas devidamente registadas na DGT, situadas na Região da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral.

<sup>11</sup> Muito embora não se tenha dados concretos acerca da forma como os promotores TER da região agem, a reflexão deriva de algum trabalho de campo feito, nomeadamente no que se refere à visita a alguns empreendimentos.

aspectos e no caso do agro-turismo a possibilidade de participação na vida activa das explorações agrícolas e daquilo que nestas é mais genuíno é relegada para segundo plano.

Não podendo de momento afirmar qual a extensão do descrito em cima, mas estando certos que situações como as descritas são reais, defende-se que para bem dos próprios empreendimentos e conseqüentemente da região e das suas pessoas, há que procurar novas formas de actuação, promovendo a criação de redes entre promotores TER, outros actores locais (entidades públicas e privadas) e população.

#### **4. REFLEXÕES FINAIS**

Uma das preocupações do governo aquando da criação do TER e das conseqüentes reestruturações que foi sofrendo (definidas através de legislação específica) prendia-se com a necessidade de preservar e valorizar o património das regiões. A legislação de 97 foi aliás “mais longe”, afirmando-se também que o TER deveria revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o aumento da oferta de emprego e fixação das populações.

Passadas cerca de duas décadas após a criação do TER, pode observa-se que se alargou quer no que diz respeito a modalidades, quer no que diz respeito a números (de cerca de uma centena e meia de empreendimentos em 1986, passámos para mais de mil em 2005).

Um pouco por todo o lado se fala dos benefícios do TER. Parece não haver grandes dúvidas no que toca ao papel que pode vir a exercer, enquanto instrumento de desenvolvimento rural, sobretudo nas áreas de elevado património paisagístico e cultural. Destacam-se a este respeito as regiões do interior e particularmente a região Dão-Lafões. O nº de empreendimentos nesta última região é aliás bastante significativo (23%) quando se comparam os aqui existentes com os existentes na NUT Centro.

Mas tanto aqui (RDL) como em outras regiões, para que o TER possa contribuir para a revitalização e dinamização local, a postura dos promotores deverá ser mais aberta, “permitindo” e favorecendo a criação de redes entre outras empresas privadas (como as agrícolas, de animação e diversão turística, de artesanato, de restauração e bebidas, entre outras), associações de desenvolvimento local (como as associações LEADER) e sector público (como autarquias e regiões de turismo e/ou órgãos locais de turismo e população local (por exemplo os jovens, e os idosos).

Estando certos que investigações futuras serão necessárias em torno do TER, nomeadamente acerca do seu real impacto económico e social, julga-se ter referido alguns factores que urgem ser considerados numa estratégia de desenvolvimento rural.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M.C; JERÓNIMO, S.; MADEIRA, A.M.; REIS, I. & VAZ, M. (1999). Turismo na Beira Interior. *In: Regiões e Cidades na União Europeia: Que Futuro* vol. 2: pp. 621-637. Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- BORGES, M. & LIMA, M (2006). O Turismo de Montanha: Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº 6: 157-165.
- BUTLER. R. (1999). *Tourism, natural resources and remote areas*. Comunicação apresentada ao XII Summer Institute of the European Regional Science Association (ERSA, Faro, 4 a 10 de Julho de 1999.
- CABUGUEIRA, A (2005). A importância económica do Turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº 2, Vol. II: pp. 97-104.
- CARVALHO, F. & MONTEIRO. M.L. (2006). O Turismo no Espaço Rural e a intervenção da Direcção Regional da Economia do Centro. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº 6: 55-62.
- CAVACO, C. (1995). Turismo rural e desenvolvimento local. In: CAVACO, C (Coord.), *As regiões de fronteira*, Estudos para o desenvolvimento regional e Urbano 43: pp. 351-408. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1999a). Apresentação da publicação. In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 135-148. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1999b). O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros. In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 135-148. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1999c). O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 281-292. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.

- CAVACO, C. (1999d). Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal. In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 293-304. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
- COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO (15/09/2006). *Rota do Dão*. <http://www.cvrdao.pt/>
- COSTA, C. (1996). *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the level planning, organisations and networks: the case of Portugal* (PGD thesis). University of Surrey, UK.
- CRISTÓVÃO A. (1999). *Ambiente e Desenvolvimento de áreas Rurais Marginais: O Caminho Turtuoso Para Uma Relação Potencialmente Frutuoso*. Comunicação apresentada no 1º Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais, Escola Superior Agrária de Bragança, Bragança, 12 e 13 de Novembro.
- CRISTÓVÃO A. (2002). Mundo Rural: Entre as Representações (dos urbanos) e os Benefícios Reais (para os rurais). In RIEDL, M., ALMEIDA, J. E VIANA, A. (Org.), *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*, pp. 81-116. EDUNISC, Santa Cruz do Sul.
- CUNHA, L. (1997). *Economia e política do turismo*. McGraw-Hill, Lisboa.
- DECRETO-LEI Nº 15/78.
- DECRETO-LEI Nº 423/83 de 5 de Dezembro.
- DECRETO-LEI Nº 251/84 de 25 de Julho.
- DECRETO-LEI Nº 256/86 de 27 de Agosto.
- DECRETO, LEI Nº 169/97 de 4 de Julho.
- DECRETO-LEI nº 54/2002, de 11 de Março.
- DECRETO-REGULAMENTAR nº 13/2002 de 12 de Março.
- DECRETO-REGULAMENTAR nº 5/2007 de 14 de Fevereiro.
- DIÁRIO REGIONAL DE VISEU (11/12/2006). Turismo em Espaço Rural esteve em análise em S. Pedro do Sul. *Diário Regional de Viseu*, Viseu.
- DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (1998). Dão Lafões e Alto Paiva. *LEADER II semear desenvolvimento colher futuro* (suplemento do jornal público nº 2962 de 24 de Abril).
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO - DGT (2002). *Turismo em Portugal Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção*. DGT, Lisboa.
- DGT (2004). O Turismo em Espaço Rural – 2004. DGT, Lisboa.
- DGT (4/02/2006a). *Direcção Geral de Turismo*. [www.dgturismo.pt](http://www.dgturismo.pt)

- DGT (2006b). *Glossário dos Empreendimentos Turísticos*. DGT, Lisboa.
- DGT (2006c). *Turismo no Espaço Rural – guia oficial*. DGT, Lisboa.
- DGT (2/02/2007). *O Turismo no Espaço Rural em 2005*. <http://www.dgturismo.pt/ConhecimentodoSector/OMercado/MercadoEmNumeros/AnaliseEstatistica/AnaEst2005/index.htm>
- EDWARDS, J.; SILVA, G. & VAUGHN, R. (2003). Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, pp. 217-227. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- FERNANDES, G. & VIEIRA, A. (2003). Problemáticas de turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, pp. 135-161. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- FIGUEIREDO, E. (1999). “Árvores de ninguém, o lugar da floresta num mundo rural a desaparecer. In: *Workshop A Floresta - práticas e perspectivas*. Lusitânia – Agência de Desenvolvimento Regional, Viseu, 18 de Junho.
- FIGUEIREDO, E. (1999). Ambiente Rural – A Utopia dos Urbanos? In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 263-279. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
- FIGUEIREDO, E. (2003). «Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?» Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.) *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, pp. 65-81. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- FIGUEIREDO, E. (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais* (Dissertação de Doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- FIGUEIREDO, E. & VALENTE, S. (2003). “O turismo que existe não é aquele que se quer”. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, pp. 95-106. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- GODINHO, C. (2004). O Turismo em Espaço Rural em Portugal (TER) Problemas e Desafios para o futuro. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº1, Vol. I: 91-93.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E HIDRÁULICA – IDRHA (10/05/2006). Apresentação do TER. [www.idrha.min.agricultura.pt/meio\\_rural/ter/apresentacao.htm](http://www.idrha.min.agricultura.pt/meio_rural/ter/apresentacao.htm)

- INSTITUTO DAS EMPRESAS PARA OS MERCADOS EXTERNOS – ICEP (04/03/2005). *Portugal em ficha*. <http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp>
  - ICEP (15/12/2006). *Portugal em ficha*. <http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp>
  - INSTITUTO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS - IERU (2002). *Desenvolvimento da Região de Lafões*. IERU, Coimbra.
  - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE & DIRECÇÃO REGIONAL CENTRO – DRC (2001). *A Região Dão Lafões*
  - INE (2002). *Censos 2001 - Região Centro*. INE, Lisboa.
  - INE (10/06/2006). *Dão-Lafões*.  
[http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp?nomenclatura=1&RI=VI&x\\_nut=1\\_6\\_5\\_00](http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp?nomenclatura=1&RI=VI&x_nut=1_6_5_00)
  - INE (2005). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE, Lisboa.
  - INE (2007). *Retrato Territorial de Portugal 2005*. INE, Lisboa.
  - JOAQUIM, G. (1999). Turismo e Mundo Rural que sustentabilidade ? In: CAVACO, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, pp. 305-312. Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.
  - JOAQUIM, G. (2003). Turismo Sustentável: o desafio da inovação e tradição. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: pp. 57-81. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
- Região vai ter Observatório de Turismo.*
- [http://jn.sapo.pt/2006/09/27/centro/regiao\\_ter\\_observatorio\\_turismo.html](http://jn.sapo.pt/2006/09/27/centro/regiao_ter_observatorio_turismo.html)
- KASTENHOLZ, E. (2003). A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: pp. 203-216. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
  - KASTENHOLZ, E. (2004). Management of demand as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development. *Journal of Sustainable Tourism*, nº 5, Vol. 12: 388-408.
  - KASTENHOLZ, E. (2005). Contributos para o Marketing de Destinos Rurais – O Caso Norte de Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº 1, Vol. II: 21-33.
  - KASTENHOLZ, E.(2006). O Marketing de Destinos Turísticos – O seu significado e Potencial, ilustrado para um Destino Rural. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº 6: 31-44.

- KOTLER, P. (1997). *Marketing Management - Analysis, Planning, Implementation and Control*, 9<sup>th</sup> edition. Upper Saddle River, New Jersey.
- LOPES, R. (2005). *Estudo de Mercado e Estratégias de segmentação para o Turismo em Espaço Rural na Região do Parque Natural da Serra da Estrela* (tese de mestrado). Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial (INDEG/ISCTE), Lisboa.
- MERGULHÃO, L. & RIBEIRO, M. (2000). *Turismo e Desenvolvimento das Regiões do Interior A Perspectiva dos Autarcas*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Economia, Coimbra, 17-19 Abril de 2000.
- PINTO, A. (2004). *Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas*. Palimage Editores, Viseu.
- REGIÃO DE TURISMO DO CENTRO (04/03/2006). *Região de Turismo do Centro*. <http://www.turismo-centro.pt/>
- REGIÃO DE TURISMO DÃO-LAFÕES (04/03/2006). *Região de Turismo Dão-Lafões*. [www.rtdaolafoes.com](http://www.rtdaolafoes.com)
- RIBEIRO, M. (2001). *Oportunidades empresariais no sector do turismo em regiões do interior de Portugal*. *Gestão e Desenvolvimento*, n° 10: 319-332.
- RIBEIRO, M. & MARQUES, C. (2002). Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas: Between Rhetoric and Practise. *Internacional Journal of Tourism Research*, 4: 211-220.
- RIBEIRO, M. (2003). Pelo Turismo é que vamos/podemos ir? Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: pp. 41-56. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- SIMÕES, O. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O. & CRISTÓVÃO, A. (Org.), *TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: pp. 15-23. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra.
- SILVA, L. (2006). O Turismo em Espaço Rural: Um Estudo da Oferta dos Promotores. *CIES e- Working Paper* n° 16.
- VINI PORTUGAL (14/11/2006). *Rota do vinho do Dão*. [www.viniportugal.pt/html/inf\\_rotas\\_dao.htm](http://www.viniportugal.pt/html/inf_rotas_dao.htm)
- WIKIPÉDIA (27/12/2006). *Dão-lafões*. <http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A3o-Laf%C3%B5es>